|  |
| --- |
| RELATÓRIO ANUAL - 2012 - |
| Corregedoria Nacional de Justiça |
|  |

[Descrição: Conselho Nacional de Justiça - Página Principal](http://www.cnj.jus.br/intranetcnj/index.php)

FISCALIZAÇÃO E CORREIÇÃO

OBJETIVO: GARANTIR A CONFORMIDADE AOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS NA ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DO PODER JUDICIÁRIO, BEM COMO O CUMPRIMENTO DOS DEVERES FUNCIONAIS PELOS MAGISTRADOS E SERVIÇOS AUXILIARES

INSPEÇÕES

Com o intuito de melhorar o atendimento prestado pelo Poder Judiciário, a Corregedoria Nacional de Justiça promove audiências públicas nos tribunais, inspeciona as unidades judiciárias e administrativas, bem como os cartórios extrajudiciais. O resultado dessas visitas e reuniões compõe relatórios que apresentam as deficiências e as boas práticas encontradas, além de recomendações às unidades para melhorar seu desempenho.

Igualmente, as inúmeras diligências e medidas decorrentes da inspeção são documentadas em atas, das quais se dá plena ciência à Presidência e aos demais Conselheiros do CNJ.

Das inspeções resultam procedimentos de acompanhamento e correção de irregularidades, bem como para apuração de eventuais faltas disciplinares.

No ano de 2012, foram realizadas as seguintes correições/inspeções/revisões de inspeções:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
|  | ***TRIBUNAIS*** | ***DATA DA INSPEÇÃO*** |
| 1 | Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro | Portaria nº 07, de 14 de fevereiro de 2012 e Portaria nº 14, de 22 de março de 2012 |
| 2 | 1ª Vara de Execuções Penais de Belém | Portaria nº 08, de 16 de fevereiro de 2012 |
| 3 | Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia | Portaria nº 24, de 17 de abril de 2012 |
| 4 | Justiça Militar do Estado de Minas Gerais | Portaria nº 30, de 07 de maio de 2012 |
| 5 | Justiça Federal e Justiça Estadual do Estado de Roraima | Portaria nº 35, de 16 de maio de 2012 |
| 6 | Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul | Portaria nº 56, de 1º de junho de 2012 |
| 7 | Serventias Extrajudiciais do Estado do Piauí | Portaria nº 60, de 05 de junho de 2012 |
| 8 | Tribunal de Justiça do Estado do Piauí, bem como Comarca de Floriano-PI | Portaria nº 61, de 05 de junho de 2012 |
| 9 | Revisão de inspeção no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba | Portaria nº 62, de 05 de junho de 2012 |
| 10 | Revisão de Inspeção no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios | Portaria nº 71, de 15 de junho de 2012 |
| 11 | Revisão de inspeção no Tribunal de Justiça do Estado do Ceará | Portaria nº 73, de 19 de junho de 2012 |
| 12 | Vara do Júri da Comarca de Jaboatão dos Guararapes, PE | Portaria nº 79, de 28 de maio de 2012 |
| 13 | Tribunal de Justiça do Estado da Bahia – revisão de inspeção | Portaria nº 90, de 09 de julho de 2012 |
| 14 | Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo | Portaria nº 101, de 25 de julho de 2012 |
| 15 | Tribunal de Justiça do Estado do Acre | Portaria nº 104, de 02 de agosto de 2012 |
| 16 | Tribunal de Justiça do Estado de Goiás e Comarca de Coribe, BA | Portaria nº 135, de 29 de outubro de 2012 |
| 17 | Comarcas de Monte Santo-BA, Euclides da Cunha-BA e Cansanção-BA | Portaria nº 139 de 07 de novembro de 2012 |
| 18 | Serventias Extrajudiciais do Estado da Paraíba – Revisão de inspeção | Portaria nº 148, de 27 de novembro de 2012 |

Fonte: As portarias de Inspeção estão publicadas no site do Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br](http://www.cnj.jus.br)) – Corregedoria.

PROCEDIMENTOS DISCIPLINARES

*(Reclamações, Representações por Excesso de Prazo, Pedidos de Providências, Sindicâncias, Avocações, Reclamações para Garantia das Decisões e Notas Técnicas).*

Quantitativo de processos recebidos, analisados e julgados no ano de 2012 pela Corregedoria Nacional de Justiça:

**Total de processos recebidos em 2012: 5.917**

**Total de processos julgados em 2012: 4.673**

**Total de processos baixados em 2012: 4.522**

**Total de processos em tramitação: 4.217**

*Fonte: os dados foram retirados do ECNJ em dezembro/2012.*

**Considerações:**

* *79% dos processos em curso no âmbito do CNJ tramitam perante a Corregedoria Nacional de Justiça.*
* *Percentual de processos baixados na Corregedoria Nacional: 76**% dos distribuídos em 2012*

ATUAÇÃO INSTITUCIONAL

OBJETIVO: FORTALECER E HARMONIZAR AS RELAÇÕES ENTRE OS PODERES, SETORES E INSTITUIÇÕES, APRIMORAR A COMUNICAÇÃO COM PÚBLICOS EXTERNO, PROMOVER A CIDADANIA E DISSEMINAR VALORES ÉTICOS E MORAIS POR MEIO DE ATUAÇÃO INSTITUCIONAL EFETIVA.

CADASTRO NACIONAL DE ADOÇÃO - CNA

O Cadastro Nacional de Adoção (CNA), implantado pela Resolução nº 54, de 29 de abril de 2008, constitui um instrumento para auxiliar os magistrados das varas da infância e da juventude na condução dos procedimentos de adoção.

No CNA, estão concentradas as informações referentes aos pretendentes habilitados e às crianças/adolescentes aptos a serem adotados.

A finalidade deste cadastro é agilizar os processos de adoção, por meio do mapeamento de informações unificadas, e viabilizar a implantação de políticas públicas relacionadas ao tema com maior precisão e eficácia.

O instrumento amplia as possibilidades de consulta aos pretendentes cadastrados, facilitando, assim a adoção de crianças e adolescentes em qualquer comarca ou Estado da Federação.

Além disso, garante que apenas quando esgotadas as chances de adoção nacional possam as crianças e adolescentes ser encaminhados para adoção internacional, respeitando, dessa forma, o que dispõe o art. 31 do ECA.

Por outro lado, conforme Portaria 131 de 16 de outubro de 2012 foi criado Grupo de Trabalho com o objetivo de estudar a viabilidade da criação de um cadastro de pretendentes estrangeiros junto ao CNA.

Em 07 de novembro de 2012, a Corregedoria Nacional de Justiça editou a Recomendação nº 08 que dispõe sobre a colocação de criança e adolescente em família substituta por meio de guarda.

Atualmente, estão cadastrados 5434 crianças e adolescentes aptos à adoção e 28.596 pretendentes habilitados.

CADASTRO NACIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES ACOLHIDOS - CNCA

O Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Acolhidos (CNCA) foi implantado pela Resolução n° 93 e regulamentado pela IN 03/2009 da Corregedoria Nacional de Justiça.

A finalidade do cadastro é concentrar as informações referentes às crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar no País, de todas as Comarcas das unidades da Federação.

Esta ferramenta permite a definição exata das condições de atendimento e o número das crianças e adolescentes em regime de acolhimento institucional ou familiar, o que possibilita a observância do caráter transitório e excepcional da medida e viabiliza a implementação de políticas públicas voltadas ao tema.

O CNCA está disponível no sítio do CNJ e o acesso é exclusivo aos órgãos autorizados.

Estão cadastrados atualmente 43.623 crianças e adolescentes acolhidos e foram expedidas 98.461 guias de acolhimento. Consta o registro de 3.954 entidades de acolhimento.

CADASTRO NACIONAL DE ADOLESCENTE EM CONFLITO COM A LEI - CNACL

O Cadastro Nacional de Adolescentes em Conflito com a Lei (CNACL), implantado pela Resolução nº 77/2009 do CNJ, tem a finalidade de aglutinar as informações referentes aos adolescentes envolvidos na prática de atos infracionais, estejam ou não em cumprimento de medida socioeducativa.

Em 08 de agosto de 2012, o Conselho Nacional de Justiça editou a Resolução nº 157/2012, que acrescentou ao art. 1º da Resolução nº 77/2009 do CNJ, o parágrafo segundo, determinando que a inspeção deva ser realizada pelo menos uma vez a cada semestre, nos caso de existirem na Comarca entidades ou programas para cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.

No CNACL estão concentradas, dentre outras, as informações sobre o histórico das infrações praticadas pelo adolescente em conflito com a lei e sobre o cumprimento da medida aplicada.

O Cadastro representa um instrumento de efetividade da Justiça da Infância e Juventude, eis que proporciona aos magistrados maior segurança e efetivo controle na aplicação e acompanhamento da respectiva medida.

Além disso, tem o condão de orientar as políticas públicas em favor dos adolescentes em conflito com a lei.

Atualmente já foram cadastrados 188.671 adolescentes em conflito com a lei. Destes, 55.472 estão em cumprimento de medida socioeducativa.

SISTEMA NACIONAL DE BENS APREENDIDOS - SNBA

O Sistema Nacional de Bens Apreendidos foi desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça em parceria com o Conselho da Justiça Federal, a Polícia Federal e o Departamento de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça, em cumprimento a meta estabelecida no âmbito da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA.

Implantado pela Resolução n. 63, de 16 de dezembro de 2008, tem como objetivo consolidar as informações sobre os bens apreendidos em procedimentos criminais no âmbito do Poder Judiciário, de modo a favorecer a adoção de política de gestão, que pode ser executada desde a apreensão até a destinação final, a fim de evitar, inclusive, extravio, depreciação e perecimento dos bens.

Até o momento foram cadastrados 10.079.187.818 bens apreendidos, que totalizam o valor de R$ 1.618.877.118,22.

CADASTRO NACIONAL DE ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O Cadastro Nacional de Condenados por Atos de Improbidade, criado pela Resolução nº 44 deste CNJ, de 20 de novembro de 2007, alterada pela Resolução nº 50, de 25 de março de 2008, objetiva concentrar, em um único banco de dados, as informações sobre agentes públicos ou políticos com condenação transitada em julgado por atos de improbidade administrativa.

A finalidade do cadastro é conferir maior eficácia às decisões judiciais, principalmente no que concerne ao ressarcimento de valores ao erário, ao cumprimento de multas civis e à proibição de contratar com a Administração Pública.

A alimentação do sistema teve início em 28 de fevereiro de 2008, ou seja, noventa dias após a publicação da Resolução nº 44/2007. O cadastramento obedeceu à ordem cronológica decrescente, ou seja, foram cadastradas as condenações definitivas do ano de 2008 e, posteriormente, dos anos anteriores.

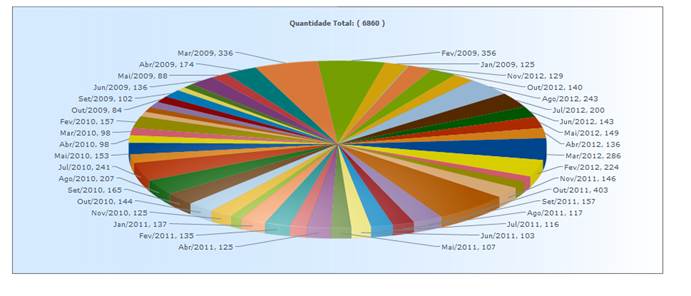
Os magistrados responsáveis pela execução das sentenças de condenações cíveis por ato de improbidade administrativa devem alimentar o sistema sempre que houver uma sentença condenatória transitada em julgado. Atualmente, todos os registros constantes no sistema foram cadastrados por esses magistrados.

É válido lembrar que o cadastro está disponível para consulta pública. As buscas podem ser realizadas pelo nome da parte ou processo. Inexistindo informações, o sistema gerará certidão negativa informando a ausência de registros naquela data.

Este cadastro representa importante instrumento para o controle dos atos da Administração e demonstra a atuação proativa deste Conselho na busca de soluções que confiram celeridade e eficácia às decisões do Poder Judiciário.

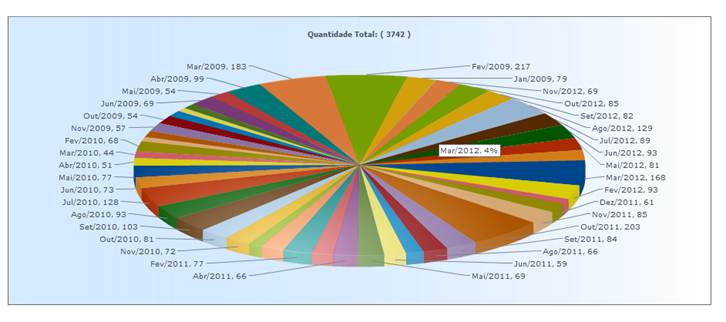
Constam no sistema 6.860 condenados por atos de improbidade administrativa e 3.742 processos julgados.

**Quantidade total de condenações (6.860):**



*Fonte: os gráficos foram retirados do Sistema de Improbidade Administrativa, em novembro/2012.*

**Quantidade total de processos julgados (3.742):**



*Fonte: os gráficos foram retirados do Sistema de Improbidade Administrativa, em novembro/2012.*

PROJETO ESPAÇO LIVRE – AEROPORTOS

Lançado em fevereiro de 2011, o Programa Espaço Livre tem por objetivo remover dos aeroportos brasileiros as aeronaves que estão sob custódia da Justiça, possibilitando inclusive a doação de aviões apreendidos em ações de tráfico de drogas a tribunais brasileiros.

**Aeronaves desmontadas, leiloadas ou removidas:**

|  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- |
| **Aeroporto** | **Cidade** | **Empresa** | **Modelo** | **Status** |
| Aeroporto Salgado Filho | Porto Alegre (RS) | 1 aeronave VarigLog | Boeing  727-200 | Aeronave removida. |
| Aeroporto Salgado Filho | Porto Alegre (RS) | 1 aeronave Varig |  | Leiloada em 28/06. Aeronave removida. |
| Aeroporto de Congonhas | São Paulo (SP) | 9 aeronaves Vasp | 7 Boeing 737-200 e 2 Airbus A300. | Desmontadas e/ou leiloadas. |
| Aeroporto Internacional do Galeão | Rio de Janeiro (RJ) | 3 aeronaves VarigLog | 3 Boeing 727-200 | Desmontadas e/ou leiloadas. |
| Aeroporto Internacional do Galeão | Rio de Janeiro (RJ) | 5 aeronaves Varig |  | Leiloadas em 28/06. |
| **Total: 19 aeronaves** | | | | |

**Aeronaves de pequeno porte doadas ao Poder Judiciário dos Estados:**

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Estado** | **Modelo** | **Prefixo** |
| **Acre** | Cessna 210 | PT-DSO |
| **Amazonas** | Cessna | PT-GAM |
| **Amazonas** | Navagio | PT-JAM |
| **Bahia** | Sêneca II | PP-FFP |
| **Maranhão** | Islander | PT-FBU |
| **Mato Grosso** | Xingu | PP-FHE |
| **Mato Grosso** | Sêneca II | PT-EKZ |
| **Mato Grosso do Sul** | Baron 58 UTI | PR-FPG |
| **Mato Grosso do Sul** | Baron 55 | PT-KPG |
| **Mato Grosso do Sul** | Cessna 206 | PP-JHC |
| **Pará** | Sêneca III | PT-FBA |
| **Pará** | Cessna 210 | N918DT |
| **Piauí** | Cessna 172 | PT-JDF |
| **Paraná** | Baron 58 | PT-WSA |
| **Rondônia** | Cessna Skylane | PT-JKL |
| **Tocantins** | Sêneca | PT-FBA |
| **Total** | **16** | |

PADRONIZAÇÃO DAS CERTIDÕES DE NASCIMENTO, CASAMENTO E ÓBITO E UTILIZAÇÃO DE PAPEL DE SEGURANÇA UNIFICADO

Atos normativos Corregedoria Nacional (Provimentos nºs 2/2009, 3/2009, 14/2011, 15/2011, 18/2012 e Recomendação nº 6/2012) instituíram modelos únicos de certidão de nascimento, certidão de casamento e certidão de óbito a serem adotados pelos Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais em todo País, visando garantir segurança jurídica, objetividade dos documentos, bem como uniformizar e aperfeiçoar as atividades dos serviços de registro civil das pessoas naturais.

INTERLIGAÇÃO ELETRÔNICA DAS INFORMAÇÕES DOS CARTÓRIOS EXTRAJUDICIAIS EM CENTRAIS UNIFICADAS

Em atendimento à Meta 11 da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro - ENCCLA, aos 28 de agosto de 2012 a Corregedoria editou o Provimento nº 18, que dispõe sobre a instituição e funcionamento, em parceria com o Colégio Notarial do Brasil, da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC,

Tal ação, nos moldes dos Termos de Cooperação 83 e 84/2010 assinados com a Associação dos Registradores Imobiliários de São Paulo (ARISP) e com o Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB), visam o aprimoramento dos serviços de notas e o fluxo das informações notariais, possibilitando o acesso direto de órgãos do poder público a informações e dados correspondentes ao serviço notarial.

PROJETO DE INTEGRAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NO DESEMPENHO DA ATIVIDADE JUDICIÁRIA COM USUÁRIOS E DEPENDENTES DE DROGAS (CURSO SOBRE DROGAS)

A Secretaria Nacional de Políticas sobre Drogas (SENAD), vinculada ao Gabinete de Segurança Institucional (GSI) da Presidência da República, e o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) lançaram, em 2010, o Projeto de Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas. O programa, baseado nos Provimentos n° 04, de 26 de abril de 2010 e nº 09, de 17 de junho de 2010, objetiva aprimorar o atendimento da Justiça a usuários e dependentes de drogas envolvidos em processos criminais ou relacionados à área da infância e juventude.

Em 2012, em continuidade ao projeto, foi realizado o Curso de Integração de Competências no Desempenho da Atividade Judiciária com Usuários e Dependentes de Drogas, que capacitou na primeira turma 5.000 operadores do direito dos juizados especiais criminais e juizados da infância e da juventude, profissionais da área de atenção psicossocial e profissionais da área de segurança pública de todo o Brasil no atendimento a usuários e dependentes de drogas.

PAI PRESENTE

O projeto busca sensibilizar a população para a importância do registro paterno no assento das crianças e adolescentes. O Provimento nº 12, de 6 de agosto de 2010, determinou a remessa, a cada uma das 27 Corregedorias Gerais dos Tribunais de Justiça, de um CD com os nomes e endereços dos alunos que, naquela unidade da Federação, não possuem paternidade estabelecida, segundo os dados do Censo escolar 2009, para a adoção, pelos juízes competentes, das medidas necessárias para que eventuais exames de DNA possam ser realizados com segurança e celeridade.

Os dados foram divididos por Comarcas e encaminhados para cada um dos Juízes competentes, iniciativa que já propiciou o reconhecimento voluntário da paternidade de grande número de crianças e adolescentes, conforme processo CNJ nº 0000072-65.2010.2.00.0000. As Corregedorias Gerais e a grande maioria dos juízes uniram-se e criaram condições necessárias para a concretização dos propósitos sociais da Lei n. 8.560/1992.

Em nova edição do projeto iniciada em 2012, a Corregedoria Nacional já buscou novos dados no Poder Executivo Federal por meio de cadastros do ano de 2012 e obteve os seguintes resultados no Brasil:

a) pelo “EDUCACENSO” do Ministério da Educação (MEC) existem **5.494.257** estudantes menores de 18 anos sem registro paterno e;

b) pelo “Cadastro de Programas Sociais” do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) existem **3.265.905** crianças ou adolescentes sem registro paterno;

Uma vez que os endereços destas crianças e adolescentes já foram encaminhados à Corregedoria Nacional, os dados serão encaminhados para os Tribunais de Justiça dos Estados para a realização de novas investigações oficiosas de paternidade.

Além disso, para facilitar o reconhecimento da paternidade foram editados o Provimento nº 16/2012, possibilitando o reconhecimento espontâneo pelo pai direto no cartório extrajudicial independentemente de escritura pública, bem como o Provimento nº 19/2012 que assegura aos comprovadamente pobres a gratuidade da averbação do reconhecimento de paternidade e da respectiva certidão.

REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO NAS MATERNIDADES

O registro civil de nascimento perante as serventias extrajudiciais de registro civil das pessoas naturais confere, em primeira ordem, identidade ao cidadão e dá início ao seu relacionamento formal com o Estado.

Dessa forma, diante da instituição do Compromisso Nacional pela Erradicação do Sub-registro Civil de Nascimento e a ampliação do acesso à Documentação Básica e considerando a participação do CNJ nas ações de Mobilização Nacional pela Certidão de Nascimento, esta Corregedoria Nacional de Justiça editou o Provimento nº 17/2012 que, alterando o Provimento nº 13/2010, facilitou ainda mais os procedimentos para expedição da certidão de nascimento nos estabelecimentos de saúde.

BANCO NACIONAL DE MANDADOS DE PRISÃO - BNMP

O Banco Nacional de Mandados de Prisão – BNMP foi criado pela Resolução nº 137 do CNJ, de 13/07/2011 em cumprimento ao disposto na Lei 12.403/2011 (art. 289-A do CPP).

A finalidade do banco de dados, observado o sigilo nos casos necessários, é facilitar o conhecimento por qualquer pessoa da existência do mandado e o cumprimento de diligências por parte das autoridades policiais, assim como auxiliar os juízes no exercício de sua jurisdição.

A informação do mandado de prisão, para fins de registro no Conselho Nacional de Justiça, é prestada diretamente pelos sistemas dos tribunais ao BNMP.

**Relatório – Total de Mandados**

|  |  |
| --- | --- |
| Aguardando Cumprimento | 167.981 |
| Cumpridos | 46.218 |

*Fonte: os dados foram retirados do Banco Nacional de Mandados de Prisão, em Dezembro de 2012.*

SISTEMA NACIONAL DE CONTROLE DE INTERCEPTAÇÕES TELEFÔNICAS

A fim de garantir o cumprimento da Resolução nº 59 deste Conselho (alterada pela Resolução n° 84), que disciplina as rotinas de interceptações telefônicas, de sistemas de informática e telemática, foi implantado, em 1º de dezembro de 2008, o "Sistema Nacional de Controle de Interceptações Telefônicas".

O sistema mencionado tem por finalidade agregar as informações referentes às interceptações telefônicas que estão em curso no país, permitindo, assim, o monitoramento e acompanhamento estatístico por esta Corregedoria Nacional de Justiça. Além disso, o instrumento possibilita o levantamento de dados que serve de indicação e referência para o aperfeiçoamento do procedimento previsto na Lei nº 9.296/96.

Anteriormente à implantação do sistema, as informações eram prestadas via ofício. Atualmente, os dados são prestados pelos próprios magistrados, por via eletrônica, tendo sido cadastrados no mês de outubro de 2012:

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| ***ESTADUAL*** | | ***FEDERAL*** | |
| ***Telefones*** | ***Endereços eletrônicos*** | ***Telefones*** | ***Endereços eletrônicos*** |
| *16.321* | *252* | *1.097* | *188* |

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO

*OBJETIVO: GARANTIR A PRECISÃO NO DIAGNÓSTICO DA REALIDADE DO JUDICIÁRIO*

PROGRAMA JUSTIÇA ABERTA

Tendo em vista que uma das metas prioritárias da Corregedoria Nacional de Justiça é diagnosticar e acompanhar a realidade do Poder Judiciário, em setembro de 2007 foi implantado o programa "Justiça Aberta". O programa Justiça Aberta é composto por dois sistemas:

**Justiça Aberta**

**Serventias Judiciais**

***Serventias Extrajudiciais***

**1º Grau**

**2º Grau**

**Cartórios**

No "Sistema de Informações da Corregedoria - Serventias Extrajudiciais” são atualizadas, semestralmente, as informações sobre a localização dos cartórios, os dados pessoais e a forma de ingresso de seus responsáveis, bem como o quantitativo dos atos praticados e a arrecadação bruta.

Já no "Sistema de Informações da Corregedoria - Serventias Judiciais de 1° grau" são aglutinadas informações sobre todos os juízos e secretarias de 1° grau da Justiça Federal Comum e da Justiça Estadual. As informações já são colhidas em formato compatível com o Processo Judicial Eletrônico desenvolvido pela Presidência do CNJ.

Do mesmo modo, o "Sistema de Informações da Corregedoria – Serventias Judiciais de 2° grau” concentra os dados relativos à produtividade dos magistrados de 2° grau dos Tribunais de Justiça Estaduais e do Distrito Federal, bem como dos Tribunais Regionais Federais.

**Relatório - Quantidade de magistrados cadastrados**

|  |  |
| --- | --- |
| ***Magistrados 1º Grau*** | |
| **Total** | **11.248** |
| ***Magistrados 2º Grau*** | |
| **Total** | **2.416** |

*Fonte: os dados foram retirados do Sistema Justiça Aberta, em dezembro/2012.*

EFICIÊNCIA OPERACIONAL

*OBJETIVO: GARANTIR A AGILIDADE NOS TRÂMITES JUDICIAIS E ADMINISTRATIVOS*

APRIMORAMENTO DOS JUIZADOS ESPECIAIS ESTADUAIS E FEDERAIS

Após a constatação, durante as inspeções realizadas pela Corregedoria Nacional de Justiça, de que em parte das unidades da federação inúmeros Juizados Especiais funcionam sob péssima estrutura física, número de servidores incompatível com a sua distribuição mensal e movimento processual e tratamento discriminatório em relação às estruturas disponibilizadas para as varas comuns e suas secretarias, implantou-se o presente Programa.

Inicialmente foram coletados os dados necessários para o aprimoramento dos trabalhos prestados pelos Juizados Especiais, com a posterior regulamentação da matéria por meio dos Provimentos nº 05, 06 e 07 de 2010, da Corregedoria Nacional de Justiça.

A Portaria nº 11, de 10 de março de 2010, instituiu Grupo de Trabalho para assessorar na formulação de proposta para a instalação dos Juizados da Fazenda Pública com a observância de um padrão mínimo comum; assessorar na revisão dos documentos encaminhados pelos Tribunais de Justiça e pelos Tribunais Regionais Federais para os processos nº 0005981-25.2009.2.00.000 e 0006107-75.2009.2.00.0000; assessorar na formulação de propostas de aprimoramento dos trabalhos desenvolvidos pelos Juizados Especiais Federais e Juizados Especiais dos Estados e do Distrito Federal.

Em continuidade, foi editado o Provimento nº 22/2012, que define medidas de aprimoramento relacionadas ao Sistema dos Juizados Especiais e dá nova redação ao Provimento nº 7/2010.

Em linhas gerais a manutenção de grupos de trabalho permanentes dos juizados especiais visa trazer à discussão questões relativas ao aprimoramento da jurisdição, porque possibilita o conhecimento imediato dos problemas e o encaminhamento de soluções. Além disso, a representatividade do grupo, com juízes de todas as regiões, também possibilita a uniformização de procedimentos racionalizando tanto os serviços da justiça como a atuação dos órgãos públicos envolvidos, tais como a Fazenda Pública e o INSS.

JUIZADOS ESPECIAIS NOS AEROPORTOS

Implantados para solucionar os problemas enfrentados entre passageiros e companhias aéreas, os Juizados Especiais estão localizados nos seis principais aeroportos brasileiros (Antonio Carlos Jobim e Santos Dumont no Rio de Janeiro; Congonhas e Guarulhos em São Paulo; Juscelino Kubitschek, em Brasília e Marechal Rondon, em Cuiabá).

A implantação das unidades judiciárias foi regulamentada pela Corregedoria Nacional de Justiça por meio do Provimento nº 11, de 19 de julho de 2010. Nos Juizados, os cidadãos são atendidos sem a necessidade de advogado e podem solucionar de imediato, questões relacionadas à *overbooking*, atrasos e cancelamentos de voos, extravio, violação e furto de bagagens e falta de informação, por meio de um possível acordo amigável com a companhia aérea ou órgãos governamentais.

Somente no primeiro semestre de 2012, os juizados especiais dos aeroportos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Mato Grosso e do Distrito Federal receberam 9.391 reclamações dos usuários desses aeroportos.

Os motivos que mais levaram os usuários de aeroportos brasileiros aos juizados especiais no primeiro semestre de 2012 foram: extravio e violação de  bagagem; falta de assistência; ausência de informações; atrasos e  cancelamentos de voos.

PROJETO MUTIRÃO “JUDICIÁRIO EM DIA”

Para acelerar os julgamentos na Justiça Federal, a Corregedoria Nacional de Justiça, em conjunto com o Conselho da Justiça Federal, criou, pelo Acordo de Cooperação Técnica nº 25/2012, o “Mutirão Judiciário em Dia”. A força-tarefa tem o objetivo de agilizar a resolução de causas registradas no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região, que compreende as seções judiciárias do Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Distrito Federal, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Piauí, Rondônia, Roraima e Tocantins.

Cada mutirão tem a duração mínima de seis meses, podendo ser prorrogado de acordo com a necessidade do Tribunal Regional Federal. Desembargadores, juízes federais e servidores mobilizam-se para julgar processos antigos e, dessa forma, aceleram de maneira significativa a tramitação das demandas judiciais.

|  |  |
| --- | --- |
| **TRIBUNAL** | **Quantidade de Processos** |
| TRF 1ª | **42.011** |

Fonte: A quantidade de processos foi retirada do site do Tribunal, em novembro/2012.

No âmbito do TRF da 1ª Região, cuja execução iniciou-se em fevereiro de 2011, foram julgados, até novembro de 2012, aproximadamente 42.011 (quarenta e dois mil e onze) processos. Nesse Tribunal o projeto contou com a colaboração de 26 (vinte e seis) juízes. O TRF da 1ª Região disponibiliza em seu sítio eletrônico informações atualizadas sobre os processos julgados.

SISTEMA DE ACOMPANHAMENTO DOS PROCESSOS DE RELEVÂNCIA SOCIAL – JUSTIÇA PLENA

O Projeto visa coordenar ações que possam dar efetividade à jurisdição em demandas de grande interesse da sociedade e possui como coordenadores e participantes o Ministério da Justiça, o Conselho Nacional de Justiça, a Advocacia-Geral da União, a Secretaria de Direitos Humanos, o Conselho Nacional do Ministério Público, a Ordem dos Advogados do Brasil, a Defensoria Pública da União e dos Estados e a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão.

Atualmente 25 processos foram finalizados, 12 processos estão pendentes de inclusão e 129 estão sob acompanhamento, destacando-se: a) caso “Ceci Cunha”, com julgamento realizado nos dias 16, 17 e 18 de janeiro de 2012, que condenou todos acusados pela morte da deputada federal Ceci Cunha; b) casos “Damião Ximenes Lopes” e “Sétimo Garibaldi”, que levaram à condenação internacional do Brasil por violação de direitos humanos; c) caso do “ex-goleiro Bruno”, com recente julgamento de alguns acusados; d) processos que envolvem os Grupos de Extermínio nos Estados do Ceará, Bahia e Goiás; e) interceptações telefônicas ilegais no Paraná – caso “Escher”.

No dia 4 de dezembro de 2012, a partir de um pedido da ministra Maria do Rosário, chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, a Corregedoria Nacional de Justiça determinou a inclusão do processo que apura o assassinato do advogado Manoel Bezerra de Mattos, do município de Itambé/PE. O advogado atuava na defesa de trabalhadores rurais e denunciou a atuação de diversos grupos de extermínio na divisa dos Estados de Pernambuco e Paraíba. Foi assassinado em janeiro de 2009 por supostos “pistoleiros” no município de Pitimbu, na Paraíba.

A consulta pública aos processos pode ser realizada por meio do endereço: <http://www.cnj.jus.br/corregedoria/saprs>.

TERMO DE COOPERAÇÃO COM GRANDES LITIGANTES

Merecem atenção especial os grandes litigantes da justiça, conforme apurado no relatório[[1]](#footnote-1) divulgado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias em março de 2011, porque respondem por um percentual significativo dos processos ajuizados e, em consequência, pela taxa de congestionamento.

Nesse sentido, em novembro de 2012, foi assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o Banco do Brasil e o Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco para possibilitar a realização de mutirões de conciliação nos processos que envolvam a instituição financeira.

No presente Acordo, o TJPE receberá o projeto a partir de Janeiro de 2013. A intenção é promover mutirões de conciliação a fim de reduzir o acervo de ações já em tramitação nas varas de Justiça.

CONCILIAÇÃO EM SISTEMAS FINANCEIROS DA HABITAÇÃO

O Projeto de Conciliação em Sistemas Financeiros de Habitação tem como objetivo a realização de mutirões de conciliação, processual e pré-processual, com vistas à prevenção, composição e solução de litígios relativos a débitos de pessoas físicas, oriundos de contratos com garantia imobiliária cujo credor seja a EMGEA, bem como o julgamento dos processos nos quais a composição não tenha sido possível (ACT 30/2011).

A Corregedoria Nacional de Justiça, em parceria com os Tribunais Regionais Federais, em especial com os Corregedores Regionais e Coordenadores de Conciliação, definiu como meta a realização de 10.707 (dez mil setecentos e sete) audiências no ano de 2012 (TRF1: 3.450; TRF2: 2.300; TRF3: 2.000; TRF4: 1.497; e TRF5: 1.460).

Até o momento, os mutirões apresentaram números significativos:

|  |  |  |  |  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- | --- |
| **TRF** | **Meta** | **Audiências Designadas** | **Ausências** | **Acordos** | **% Acordos** | **Valores Recuperados** | **Agendados até dez/2012** |
| 1ª Reg. | 3.450 | 4.503 | 1.171 | 1.748 | 56 | R$ 109.893.700,00 | 147 |
| 2ª Reg. | 2.300 | 2.299 | 553 | 969 | 58 | R$ 48.733.722,00 | 130 |
| 3ª Reg. | 2.000 | 4.627 | 1.613 | 1.151 | 46 | R$ 55.949.978,00 | 150 |
| 4ª Reg. | 1.497 | 1.745 | 397 | 594 | 51 | R$ 39.851.827,00 | 17 |
| 5ª Reg. | 1.460 | 1.115 | 394 | 311 | 44 | R$ 17.464.490,00 | 541 |
| ***Total*** | ***10.707*** | ***14.289*** | ***4.128*** | ***4.773*** | ***52*** | ***R$ 271.893.717,00*** | ***985*** |
| Fonte: Atualizado: 12/2012 | | |  |  |  |  |  |

GRUPO EXECUTIVO DE APOIO ÀS ATIVIDADES NOTARIAIS E REGISTRO (GC – 9)

* Acompanhamento das atividades do GC-9 – Grupo Executivo de Apoio às Atividades Notariais e Registrais, supervisionado pela Corregedoria Nacional e composto pelas nove Corregedorias Gerais dos Estados da Amazônia Legal.
* Acompanhamento da celebração e execução do Acordo de Cooperação Técnica nº 43/2011, para aprimoramento das atividades notariais e de registro na Amazônia Legal, conforme Plano de Modernização dos Cartórios de Registro de Imóveis da Amazônia Legal.

TERMOS DE COOPERAÇÃO TÉCNICA FIRMADOS PELA CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA EM 2012

**Termo de Cooperação nº 011/2012:**

Firmado entre a Corregedoria Nacional de Justiça, Comitê Gestor do Movimento Permanente pela Conciliação, Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe e o Banco do Brasil, tem por objetivo propiciar ambiente adequado à realização de mutirões de conciliação processual e pré-processual, para a prevenção, composição e solução de litígios, tendo como parte o Banco do Brasil.

**Termo de Cooperação nº 024/2012:**

Firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Colégio Notarial do Brasil, que tem por objetivo a cooperação técnica entre os partícipes para viabilizar a consulta a dados sobre escrituras e procurações existentes nos bancos das centrais de informações do **CNB-CF** e suas **Seccionais**.

**Termo de Cooperação nº 025/2012:**

Firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, tem por objetivo a cooperação entre os partícipes com vistas a regulamentar o pagamento, em caráter provisório, das diárias dos magistrados que atuam no Projeto Mutirão “Judiciário em Dia” do TRF da 1ª Região.

**Termo de Cooperação nº 028/2012:**

Firmado entre o Conselho Nacional de Justiça e o Departamento de Polícia Federal, tem por objetivo a troca de informações entre o Conselho Nacional de Justiça e o Departamento da Polícia Federal, bem como a constituição de grupos de trabalho para a discussão de temas de interesse recíprocos e a implementação de ações de capacitação.

**Termo de Cooperação nº 035/2012:**

Firmado entre a Corregedoria Nacional de Justiça, Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, Corregedoria-Geral de Justiça do Estado da Paraíba, Conselho Nacional do Ministério Público, Ministério Pública do Estado da Paraíba, Defensoria Pública do Estado da Paraíba, Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e a Ordem dos Advogados do Brasil-Seção da Paraíba, tem por objetivo implementar o Projeto “Presença do Juiz na Comarca”, para dar celeridade às audiências de instrução e julgamento.

**Termo de Cooperação nº 042/2012:**

Firmado entre a Corregedoria Nacional de Justiça, o Ministério da Justiça, o Governo de São Paulo e o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJSP), tem por objetivo coordenar e aperfeiçoar ações na área de justiça, segurança pública e administração penitenciária, de modo a facilitar o trânsito de informações e abreviar a tomada e a execução de decisões.

A parceria dará maior rapidez aos julgamentos de crimes dolosos contra a vida, a realização de mutirão do júri, intensificação do uso de videoconferência e a aquisição de tornozeleiras.

**CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA**

**Ministro** Francisco Falcão

Corregedor Nacional de Justiça

Magistrados Auxiliares da Corregedoria Nacional de Justiça

**Desembargadora** Margarida Cantarelli

**Juíza** Mariella Ferraz de Arruda Pollice Nogueira

**Juiz** Erivaldo Ribeiro dos Santos

**Juiz** Gabriel da Silveira Matos

**Juiz** Honório Gomes do Rego Filho

**Juiz** Jairo Gilberto Schafer

**Juiz** José Marcello Tossi Silva

**Juiz** Júlio Cesar M. Ferreira Neto

1. <http://www.cnj.jus.br/images/pesquisas-judiciarias/pesquisa_100_maiores_litigantes.pdf> [↑](#footnote-ref-1)